

PERDÃO IMPOSSÍVEL

Paul van Torgeren

*Centro de ética, Departamento de Filosofia,
Radboud Univesiteit Nijmegen
The Netherlands (Holanda)*

RESUMO

Na medida em que a noção de perdão decorre de tradições judaicas cristãs, o mesmo parece apontar para algo muito extraordinário.

Apesar de o cristianismo recomendar ou conceder perdão para todos, no entanto, parece algo que não é humanamente possível: como alguém poderia se lembrar do mal cometido (e lembrar-se dele como o mal), e ao mesmo tempo não culpar o outro que o cometeu? Reservando assim o direito e a capacidade de perdoar a Deus, descrevendo o perdão humano como um virtude teológica, e enfatizando a gratuidade ou caráter gratuito do perdão, esta tradição parece acima de tudo que perdoar, de um modo geral, é impossível. Neste artigo, o conceito de perdão é apresentado com ajuda de Jacques Derrida. A questão de como aparentemente essa impossibilidade acontece, é respondida primeiramente com a ajuda de Tomás de Aquino. Neste contexto, o artigo afirma que uma interpretação “secular” de perdão também é possível, o que faz justiça ao fato de ser humanamente impossível. Tal interpretação descreve o perdão como um ato intersubjetivo.

PALAVRAS-CHAVE

Perdão, Derrida, virtude teológica, Tomás de Aquino.

Revisão da tradução - Cláudia Souza

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo eu dou sentido à natureza paradoxal de perdão. Eu começo com uma descrição desse paradoxo. Na segunda seção, indico as razões para enfatizar este paradoxo. E, na conclusão, sugiro uma interpretação com a ajuda de um olhar na interpretação tradicional teológica.

2. A IMPOSSIBILIDADE DO PERDÃO

Sabemos o julgamento paradoxal de Jacques Derrida sobre o perdão, dizendo que só o imperdoável pode ser perdoado, ou que o perdão “deve anunciado como impossibilidade”; “Só pode ser possível em fazer o impossível” (Derrida 2000, 85). Mas seu texto sobre o perdão, inspirador e desafiador como pode ser, não discute muito claramente porque o perdão seria tão paradoxal e porque esse paradoxo seria insuperável. Portanto, eu quero explicar o meu próprio entendimento sobre perdão, que eu acho concorda com o de Derrida.

Vamos supor que o perdão é algo que ocorre entre uma vítima e um autor. Além disso, vamos supor que, quando alguém perdoa, a ofensa cometida não foi esquecida, mas o autor, no entanto, não é mais censurado por isso, de modo que o relacionamento entre a vítima e autor não será mais uma questão de remorso e vingança. Como algo assim poderia ser possível?

Se o dano causado a uma pessoa é lembrado como tal, isto é, como um erro, será algo que ainda está sendo condenado. Se, na medida em que o erro continua a ser associada com o autor, este último, como tal (ou seja, como autor) também continua a ser condenado. Parece que o perdão só é possível sob a condição de que o errado seja desfeito, o que em muitos (ou, pelo menos, em alguns casos) é simplesmente impossível; ou que o erro e o autor tornaram-se radicalmente dissociado.

O último pode ocorrer quando o autor não só admite o ato, mas também mostra remorso e repara o erro. Nesse caso, o ato prejudicial poderia ficar condenado, mas essa condenação não afetará o autor da forma que o afetava anteriormente. Por causa da atitude confessional, arrependida e reparação, o autor teria se tornado uma pessoa diferente, não mais preso à sua ação. Devemos considerar estes três atos- a confissão, arrependimento e reparação através do qual o autor pode se tornar uma pessoa diferente, para ter as condições para o perdão?

Estas condições resolvem o problema e superam a aparente impossibilidade de perdão? Ou será que nós preferimos perder de vista o fenômeno? Nós realmente podemos ainda falar de perdão em uma situação em que o autor dissociou-se radicalmente do ato?

Será que não preferimos chamar uma pessoa de ressentida, ou presa ao passado, se ela não perdoa o autor em tal situação?

E ainda podemos falar de perdão como se fosse uma norma ou uma questão obrigação? O perdão não deve ser alguma coisa algo (e mais) senão o oposto de uma patologia psíquica ou moral? Em outras palavras: se houve confissão, arrependimento e reparação, não seria apropriado dizer que o autor não merece mais ser considerado um criminoso? No entanto, certamente o perdão não é uma questão de “dar a alguém o que eles merecem.” É algo que parece ser um dom gratuito, um presente que não pode ser necessária ou exigido por qualquer mérito.

Se minhas suposições estiverem corretas, chegamos a uma conclusão paradoxal: o perdão é impossível (ou seja, nos casos em que a culpa ou a ligação entre o agressor e o mal cometido não pode ser superada); ou não há perdão (isto é, nos casos em que a conexão entre ato e agressor foi cortado e culpa foi confessada).

O perdão injusto parece ser impossível, enquanto que perdão merecido parece não ser perdão algum.

Não devemos admitir que o perdão é uma questão de “tudo ou nada”, e, portanto, que um pouco de perdão ou perdão condicional não é possível? Suponha que eu perdoe alguém, porque, ou admitindo, será bom para a pessoa ou rentável para mim. Nesse caso, eu teria que retirar o meu perdão, se o efeito se revelar diferente do que se esperava. Se isso for impossível, sugere que o perdão não pode ser condicional. O remorso não pode estar condicional ao perdão também. Isso implicaria que eu poderia retirar o meu remorso quando o perdão inesperadamente não acontecesse. Assim como o remorso não pode ser baseado no perdão esperado, o perdão não pode basear-se na expectativa de remorso. Parece que, como remorso, o perdão também não pode ser exigido de alguém - não pode ser necessário por certas causas e não pode ser motivado por expectativa. É um ato que é radicalmente livre e criativa, de tal forma que parece altamente improvável e, pelo menos, ininteligível e enigmática.

Para resumir minhas explorações até agora sob a forma de um argumento:

desde que o perdão pressupõe que uma pessoa não esquece o que é ser para ser esquecido, mas lembra-se dele; e uma vez que o que está sendo lembrado é o ato como maldade, e como está sendo feito pelo autor, mais ou menos intencionalmente; uma vez que, o autor está sendo lembrado como ligado ao seu ato de maldade e, assim, como o próprio mal e culpa é dele mesmo; perdoar o agressor significaria que ele não iria mais ser responsabilizado e, portanto, deixaria de ser concebida como o mal, a conclusão parece seguir que o perdão é uma contradição ou, pelo menos, paradoxal combinação de ver o ator como mal e, ao mesmo tempo, não vendo -o como mal. Se temos que falar de uma contradição ou pelo menos o paradoxo ainda está em aberto. Se Derrida diz que o perdão “só pode ser possível em fazer o impossível” (Derrida 2000, 85), ele parece tentar transformar o (impossível) contradição em um (possível) paradoxo. Antes de elaborar isso um pouco mais na última seção, primeiro eu quero dizer o porquê eu quero enfatizar essa impossibilidade.

3. PORQUE É IMPORTANTE ENFATIZAR A IMPOSSIBILIDADE DO PERDÃO

Alguns podem alegar que a conclusão simplesmente apresenta um significado muito severo ou até mesmo extremo de perdão.

Eu concordaria, mas acrescentaria que é importante enfatizar esse sentido rigoroso ou extremo de “perdão”, mesmo se isso levaria a um paradoxo ou uma contradição.

A principal razão para isso é filosófico. Se a filosofia é um esforço para compreender a realidade como ela é apresentada a nós, então a sua primeira e principal tarefa pode ser expressada como diz Aristóteles : salvar os fenômenos (diasooizein ta phainómena).

Nós não deveríamos reunir muitos (mais ou menos) fenômenos semelhantes sob um único e mesmo nome, antes de sabermos até que ponto eles são semelhantes ou diferentes. Devemos, pelo menos, partir do pressuposto, como até mesmo Derrida faz, que há “algum significado” adequado “desta palavra” (ou seja, o perdão), 1 e essa que, portanto, não deve ser “confundido ... com temas relacionados [como]: desculpa, pesar, anistia, prescrição, etc.” (Derrida 2000, 81); nem deve o fenômeno em si ser confundida com “alguma terapia ou ecologia de memória” (Derrida 2000, 84).

Até agora eu não mencionei o uso político do termo “perdão”, que é o principal alvo de crítica de Derrida. Este uso político pode trazer uma razão extra a ser bastante ‘purista’ em relação ao perdão”, porque aqui o ‘uso’ facilmente torna-se ‘abuso’ no âmbito de algum tipo de estratégia de poder. Mas não temos que nos referir a este abuso político, ou Cristianização de Desmond Tutu no trabalho realizado pelo Comitê de Verdade e Reconciliação na África do Sul (cf. Derrida 2000, 90), ou a qualquer ‘imperativo ecológico da saúde social e política’ (ibid.) que seja, que tenta apresentar-se como uma espécie de “perdão, “se tentarmos circunscrever o que o perdão realmente é, e como ele deve ser distinguido de todos os tipos de atos ‘finalizados’ que parecem pretender algum tipo de cura. “Um perdão ‘finalizado’ não é perdão; é apenas uma estratégia política ou uma economia psicológica “(Derrida 2000 96). “O perdão não, ele nunca deve ser uma terapia de reconciliação” (Derrida 2000, 90).

Nós podemos ainda não nos referirmos a casos extremos (políticos ou outros) do perdão, tais como o perdão “em nome de” uma vítima (por exemplo, em casos quando a vítima é morta), para obter uma visão deste impossível perdão ‘adequado’: mesmo o perdão entre duas pessoas, uma das quais ofendeu o outro, já parece impossível. Tome como exemplo a situação de dois antigos amigos ou amantes, e suponha que um tenha enganado ou se comportado violentamente em relação ao outro. A vítima está magoado e decepcionado e exige algum pedido de desculpas antes da relação ser restaurada. O ofensor se arrepende do que aconteceu, mas desde que a vítima exige uma confissão de culpa, um pedido de desculpas e a promessa de que o evento não se repetirá, o ato de reconciliação, que só pode ser realizado como um ato livre e não como um ato de submissão, torna-se impossível.

Além disso, o ofensor se sente incompreendido, porque o ato foi condenado incondicionalmente. Mas o infrator sabe que ele não agiu sem motivo; ele pode querer explicar porque o evento aconteceu, e mostrar que embora não possa ser justificado - pode, pelo menos, ser explicado e compreendido. Entretanto, a vítima só está disposta a perdoar se o ofensor parar de insistir na compreensibilidade do evento, enquanto o ofensor só pode alterar a interpretação e mostrar remorso se a vítima está querendo - pelo menos momentaneamente - mostrar alguma compreensão e aceitar a compreensibilidade do ato. O ofensor exige que a vítima entenda que aconteceram eventos anteriores que contribuíram para a ação, mas a vítima não pode colocar-se na posição do ator

que a transformou em vítima.

Parece que as condições que devem ser cumpridas antes de a relação ser restaurada são impossíveis de alcançar. Não pode haver perdão sem remorso, e somente quando a vítima provar ser indulgente o ofensor pode mostrar remorso suficiente para tornar o perdão possível. De fato: relações podem ficar presas em acusações e ouvidos surdos porque a destruição do dano parece pressupor que o dano já está desfeito. Isto não exclui, no entanto, que a relação entre as pessoas pode ser esclarecida e melhorada, ou que eles podem começar de novo e aprender a esquecer o que aconteceu. Mas tudo isso é diferente de “perdão” em um sentido “exato” e “apropriado”.

Isto me leva a última razão para manter o “perdão” além de outros fenômenos mais ou menos relacionados. Talvez possamos aceitar que a impossibilidade conceitual de “perdão” não exclui que perdoar às vezes aconteça. Pelo menos de acordo com alguns, o impossível acontece, pelo menos de vez em quando. Reconhecendo a impossibilidade ou o perdão inimaginável pode nos ajudar a entender o que aconteceu quando as pessoas experimentaram esse perdão impossível, e o que eles têm feito para mostrar as experiências que fizeram com esta impossibilidade. Como é que eles explicaram a impossibilidade do que eles experimentaram? O que podemos aprender com eles?

4. COMO O IMPOSSÍVEL PODE ACONTECER ÀS VEZES

Histórias de vítimas de crimes de guerra, histórias da TRC na África do Sul, bem como histórias sobre problemas de relacionamento interpessoal, sugerem que às vezes (mesmo que muito raramente) o verdadeiro perdão pode acontecer entre os seres humanos.² As pessoas às vezes parecem ser capazes de conceder o perdão, incondicionalmente, apesar da gravidade da ofensa.

Filosofia prática deve tentar entender isso e interpretá-la de tal forma que dá um parecer justo desta experiência, bem como a impossibilidade do que é experimentado. Nesta seção final, eu quero primeiro apontar como o pensamento religioso tentou tal interpretação, e em segundo lugar sugerir - mesmo que seja com cautela - uma interpretação mais secular da experiência indicada.

Para a interpretação religiosa, me refiro a dois pontos em que Thomas Aquino escreveu sobre o perdão em sua *Summa Teológica* (cf. Van Tongeren 1996). O lugar onde Thomas lida com o “perdão” de forma explícita no

Teológico Summa já está revelando: não (ou dificilmente) na segunda parte ética e antropológica,³ mas na terceira parte teológica e soteriológica do livro (cf. III q. 8490 e suppl. 127). O perdão é, em última análise, um ato realizado por Deus. Ele pode ser visto como um ato de Deus, uma vez que é uma (não retributiva) resposta a um ato maligno, e uma vez que todo o mal é, em última análise, uma interrupção da boa ordem projetada por Deus, e, portanto, como um pecado contra Deus. Mesmo David, que enviou o seu general Uria para uma guerra sem esperança para levar sua esposa, confessou a Deus: pequei contra você sozinho, tibi soli peccavi (Salmo 51). E se a ofensa é dirigida contra Deus, Deus é enfim, o único que poderia conceder perdão. Isto é, certamente, uma maneira de resolver o nosso problema, uma vez que poupa tanto a experiência do perdão (às vezes, Deus não perdoa de forma totalmente gratuita e ato gracioso), bem como a sua impossibilidade (humana). O que é impossível para nós, pode ser possível para Deus.

Isso também poderia ajudar a resolver o problema de como os seres humanos às vezes são (ou parecem ser) capaz de perdoar? Ainda de acordo com moral teológica isso pode até certo ponto. Porque, se nós aceitarmos as chamadas virtudes teológicas, os seres humanos podem, às vezes, agir de uma forma divina. A virtude teológica é uma disposição que mostra a atividade de Deus em pelo menos duas maneiras: não só Deus age através de nós quando agimos de tal disposição, mas a própria disposição não é muito cultivada por nós (como acontece com as virtudes cardeais) como “infundido” por Deus em nós.

Perdão poderia ser concebido como uma das partes da virtude teológica da caridade (que Tomás de Aquino não faz, a propósito).

Caridade (como todas as virtudes teológicas) é de um ponto vista humano ou ‘terrestre’ uma espécie de loucura: uma pessoa não tem que ser louca para abraçar os leprosos? Se o perdão é um ato de caridade, e se os atos de caridade são possíveis (e nós assumimos que eles são, uma vez que elogiamos as pessoas como Madre Teresa de Calcutá por sua caridade), então encontramos uma interpretação do que Derrida escreve: “se eu digo, como eu penso, que o perdão é louco, e que deve continuar a ser uma loucura do impossível, isso o exclui ou desqualifica” (Derrida 2000, 89).

Mas há um outro ponto de vista que Aquino escreve em relação ao perdão, que devemos levar em consideração. Perdão é uma resposta a um ato pecaminoso. Este ato pecaminoso (ofensa) tem um lado “subjetivo” e “objetivo”. O

lado subjetivo é a ofensa, o insulto ou afronta a vítima ou a Deus. Este lado pode ser respondido por uma ato de amor e perdão magnanimo, generoso e certamente supererrogatório. Mas há também o lado objetivo: a lesão que é causada pelo ato de maldade, o elo que é quebrado, o dano que é causado. Para Deus é bastante fácil perdoar, porque Ele não pode “objetivamente” ser ferido pelo ato de maldade. Ele é ‘subjetivamente’ ofendido, mas o dano causado por esta ofensa está completamente e apenas do lado do pecador ou o autor. Para Aquino esta é a razão que- mesmo que Deus tenha perdoado - o arrependimento e penitência restauradora ainda são necessárias, porque sem estas, a perturbação objetiva continua a existir. Isso também explica porque ele pode recomendar medidas intransigentes contra os hereges (IIaIIae 11,3). Mas o que isso significa para perdão humano? Mesmo que os seres humanos sejam capazes de perdoar, com a ajuda da graça divina e virtudes teológicas, o lado objetivo da ofensa entre os seres humanos é um dano real para ambos e certo para as vítimas. Isso não deveria significar que, entre os seres humanos, o perdão e arrependimento devem manter-se um com o outro? Mas isso não significa que o perdão humano não pode deixar de se tornar algo ‘condicional’, enquanto tomamos a incondicionalidade de fazer parte de sua impossibilidade essencial?

Concluindo, só posso apontar, muito brevemente, a direção em que gostaria de procurar por uma interpretação secular do perdão humano, que explica a sua impossibilidade, bem como a experiência de que o perdão às vezes acontece mesmo. O que, na linguagem da teologia as virtudes teológicas, é expresso em termos da atuação de Deus através de nós, parece ser refletido em histórias sobre experiências de perdoar, quando as pessoas dizem que elas não entenderam como elas (‘de repente’) foram capazes de fazer o que elas consideram impossível, ou que o próprio perdão que lhes aconteceu foi depois de ser realizado por elas.

Especialmente esta última expressão pode, filosoficamente falando, referir-se ao fenômeno da intersubjetividade. Um ato intersubjetivo é um ato que não é muito realizado por qualquer sujeito, mas que acontece entre eles. Eu não posso concordar com você, sem você entender meu braço levantado como uma saudação. Sem a sua compreensão adequada do meu comportamento, meu levantar de braço é apenas um esforço para cumprimentar, no máximo. Não somente você tem que entender e interpretá-lo de maneira certa, você também tem que aceita-lo como uma saudação, talvez até mesmo para responder a saudação, para que seja um cumprimento.

Isto soa, no entanto, mais uma vez como se existissem condições que devem ser cumpridas, enquanto nós assumimos que o perdão tinha que ser incondicional.

Talvez, mas pelo menos isso não é uma condição que tem que ser cumprida antes do ato de saudação (ou de perdoar) possa ocorrer. Pelo contrário: eu tenho que agir incondicionalmente como se eu estivesse saudando você, e você tem que agir incondicionalmente, para interpretar esse meu comportamento, e então o ato intersubjetivo de saudação poderá acontecer entre nós. Algo assim pode ser verdade para perdoar. Mas primeiro precisamos de um exemplo mais forte de um ato intersubjetivo; vamos tomar como exemplo encontrar alguém. Ambos, você e eu, temos que fazer algo para tornar isso possível, mas sem esse 'algo' ser condicional para que o outro faça. Eu não fiz a minha caminhada condicionada ao seu estar lá, e nem você; mas a sua e minha caminhada estão condicionadas ao encontro que pode (ou não) acontecer entre nós.

No que diz respeito ao perdão, isso significaria que você e eu temos que fazer algo incondicionalmente antes que haja uma chance de que algo como o perdão ocorra. Eu tenho que lembrar o seu ato de maldade, como tal, mas ao mesmo tempo, permitir generosamente a possibilidade de um novo rumo na nossa história comum; você tem que fazer o que puder para reparar o dano feito sem fazer como se isto desfizesse o dano, e então algo como o perdão pode acontecer entre nós- mesmo que mais provavelmente não ocorra, e certamente não acontecerá com muita frequência. Se isto for correto, o perdão pode ser chamado de condicionado, mas sem que os atos a serem realizados sejam condicionados.

Talvez tenhamos que distinguir (1) o perdão como uma disposição virtuosa, uma atitude que faz alguém preparado para permitir que histórias tomem uma nova direção e que antigos infratores 'renasçam', e (2) perdão como um evento que pode ocorrer sob certas condições sem nunca ser garantida, e (3) o ato de perdoar. Talvez devêssemos dizer que, embora o ato seja impossível, somos convocados a nos preparar para a realização do impossível.

Finalmente, se ao longo destas linhas, pudermos produzir uma interpretação justa do que acontece se o perdão acontecer, será óbvio que este ato é um evento raro de acontecer entre seres humanos. Para transpor isso para o domínio público, e organizar ou 'usar' para fins políticos, é fazer desta impossibilidade sublime uma realidade.

TRABALHOS CITADOS

Aquino, Thomas. 1885. *Summa Theologica Trajecti ad Mosam*: ConSOC. Sancti Pauli.

Derrida, Jacques. 2000. "Sobre o perdão" *Estudos em Filosofia Prática* 22: 81102.

Tongeren, Paul van. 1996. "Tomás de Aquino sobre o perdão e tolerância." Em *Tibi Soli Peccavi*. Tomás de Aquino sobre a culpa e perdão, editada por Henk JM Schoot, 5973. Leuven: Peeters.

Tongeren, Paul van (et al.) 2005. *Pessoas pacificadoras II*. Histórias de sucesso da sociedade civil. London: Boulder.

NOTAS

¹ Estamos surpresos ao encontrar Derrida usando este conceito em um "sentido próprio", pois de acordo com esta teoria do significado, isso seria um *contradictio in adiecto*. Talvez devêssemos ler as aspas como um pedido de desculpas ou ironia? No entanto, ele não usa aspas com a palavra "pura" na seguinte passagem: "Vou arriscar esta proposição: cada vez que o perdão está a serviço de uma finalidade, seja nobre ou espiritual (reparação ou redenção, reconciliação, salvação), cada vez que visa restabelecer a normalidade (social, nacional, política, psicológica) por uma obra de luto, por alguma terapia ou ecologia de memória, então o "perdão" não é puro - nem é o seu conceito." (Derrida 2000, 84)

² Podem ser encontrados exemplos em Van Tongeren (2000) e Van Tongeren (2005).

³ Existem algumas observações sobre o perdão em *lallae* 108,4, 113,2, 113.6f e *llallae* 32,2 e67.4.